



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

DA INCOMPREENSÃO À REFORMULAÇÃO: A RECONSTRUÇÃO DA RELAÇÃO DO PÚBLICO E PRIVADO NAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA DA ÁFRICA CENTRO-ESTE PRÉ- COLONIAL NOS TERREIROS DE CAMBOMBLÉ EM SALVADOR

DIANA MARGARIDA DOS SANTOS CATARINO¹

DIDIER TÉ²

Resumo: Neste trabalho procuramos problematizar a recriação das instituições de saúde pública da África centro-este pré-colonial no contexto do Brasil colônia, na cidade de Salvador, através das alterações decorridas nestas instituições com a advinda da organização do Estado-nação que se legitimou também por meio da introdução de perspectivas ocidentais de políticas de saúde pública, alterando o paradigma de *tratamento* para *prevenção*, que institucionalizou e legitimou novas redes profissionais obrigando à reinvenção das instituições de saúde pública Africanas. A legitimidade e reconhecimento social adquirida pelas lideranças Africanas, chefes condicionarem o seu funcionamento para o espaço privado dos terreiros de Candomblé. Estes espaços se articulam em espaço público no ritual de louvação aos ancestrais e Orixás.

Palavras-Chave: 1.Saúde-Pública, 2.Cultura, 3.Dominação.

No séc. XVI, quando transpostas para Salvador (no contexto de tráfico dos escravos e da escravidão) e pela ausência das instituições ocidentais, as instituições de saúde pública Africanas enfrentaram um processo de aceitação da elite dominante que temia e reconhecia a sua eficácia. As organizações profissionais de saúde ocidentais, no séc. XIX, regularam e restringiram a atividade tradicional africana, introduzindo associações médicas ocidentais que gradualmente monopolizaram a gestão da saúde

¹ Arquiteta licenciada pelo ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, especialista em Arquitetura Comercial pelo SENAC-SP e mestranda do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em estudos Étnicos e Africanos da UFBA onde desenvolve um estudo da relação da sociedade com os espaços de distribuição e abastecimento de água nas fontes e chafarizes da cidade de Salvador. E-mail: dianacatarino_7@msn.com.

² Formado em Contabilidade médio (Centro de Formação Técnico Profissional São João Bosco-Guiné-Bissau). Bacharel Interdisciplinar em Ciências Humanas e Antropologia na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira-UNILAB, e Pós-graduação lato sensu em Gestão Pública pela mesma instituição).



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

pública. O espaço do terreiro de Candomblé³ reproduz a expressão política e social da sua história, resultando da reformulação dos serviços/rituais e das suas formas espaciais originais que estruturam hierarquias na comunidade. O espaço do terreiro se divide entre o espaço comunitário, onde se realizavam os serviços em prol da comunidade, e o espaço doméstico, dos serviços individuais e familiares reservados do público, replicando na medida do possível, os procedimentos das instituições de saúde-pública Africanas.

Por um longo período do tempo, a tradição historiográfica e científica ocidental foi incapaz de compreender a África e reconhecê-la a sua história. Segundo Joseph Ki-Zerbo (2010) a pesquisa histórica e das ciências humanas na África, deparou-se ao longo tempo, com “dois” tipos de “males contraditórios”, quais sejam: primeiro, trata-se da “deformação historicista”, segundo, a “obsessão” em “reconstituir um calendário” que permite compreender a “evolução dos povos, e a indiferença” por tudo, como a economia, estruturas sociais e culturas. O autor, ainda observa que:

A pseudo-história marcada pelo fascínio exclusivo da cronologia, bem como a miragem da análise estrutural puramente estática e formal vão aos poucos desaparecendo, conforme atestam as escolas que introduzem a diacronia e o conflito em seus métodos analíticos, integrando, [...], fato cultural e fato linguístico, ou abandonando, [...], a abordagem imóvel dos “sociólogos” em favor de uma abordagem dinamista, que adota como instrumentos de análise o movimento e a comparação. (KI-ZERBO, 2010, p. 388). de articulação de distintas com a ajuda quatro fontes diversificadas de informações: os documentos escritos, a arqueologia, a linguística e a tradição oral. (KI-ZERBO, 2010). Portanto, a mudança para esta direção vem ocorrendo através de novos estudos científicos que utilizam estas novas fontes de conhecimento e métodos interdisciplinares, permitindo ter mais aproximação da complexidade de várias dimensões da realidade africana, desde a época da formação

³ Consideramos as nações Jeje, Angola e Ketu, uma vez que os rituais se processam no interior do espaço privado do terreiro.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

dos reinos, impérios e estados africanos no período pré-colonial. A análise dos empréstimos culturais, das interações com comerciantes, viajantes, dominações e conquistas que interferiram na organização das instituições destacam disputas institucionais por território, por conhecimento, de autoridade legitimada através do domínio da tecnologia que se reproduzirá na (re) formulação – ou não - dos mecanismos de saúde pública.

A dependência da interpretação da doença corpórea Africana à espiritualidade obriga ao entendimento da complexa relação dos mecanismos de saúde pública Africana que implicam o entendimento de uma outra cosmologia particular para a qual é necessária uma perspectiva histórica, social, cosmológica a que tentaremos nos aproximar.

Raça inferior sem instituições foi uma das considerações do antropólogo C.G. Seligman, em 1930, ao definir estados do Sudão. Esta consideração surgiu de uma sociedade convencida de que *os povos brancos possuíam uma superioridade intrínseca sobre os povos de pele mais escura* (FAGE, 2010, p.72). Embora *sem instituições*, verificamos a existência de reinos, estados e impérios na África anteriores à ocupação colonial, onde se descrevem relações e competições de poder de suas instituições.

As instituições tradicionais africanas estão intimamente ligadas ao sistema cultural-religioso, na relação entre o mundo dos vivos e dos mortos. Esta dependência se espelha nas relações de sucessão de poder e governo apoiadas (ou inventadas) em linhagens consanguíneas, nos procedimentos para a cura das doenças individuais ou calamidades coletivas que derivam da punição ou não dos ancestrais. Esta cosmologia modela relações, estipula hierarquias, estabelecendo profunda diferenciação na relação de reconhecimento e manifestação do poder do estado e na articulação das suas instituições.

Por *instituições* consideramos qualquer entidade que concorre para um mesmo objetivo. Surgida com especial relevância com a formulação do estado-nação, a partir



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

dos séc. XVIII e XIX, a *instituição* é uma entidade regulamentada com regras auto-tutelares. Não raras vezes, o *res publica, do bem comum, auxiliar da ação dinâmica de um Estado* (RAMOS, 2010, s/p). Como mecanismo estrutural, envolve indivíduos e coletividades para que persista no tempo e para o cumprimento de um determinado objeto social. Um hospital, na concepção ocidental, aparece como um *organismo* (pertencente a uma instituição mais alargada) *capaz de transformar em actos e factos as ideias*. No entanto é importante entender que:

[...] a percepção de *instituição* não se delimita perfeitamente no léxico da língua, porque as realidades absorvidas por este conceito são tantas e tão instáveis, que seria impossível exigir a qualquer teórico que formulasse uma noção rigorosa e permanente, intocável por longos anos, à qual nos pudéssemos agarrar com certezas absolutas. (RAMOS, 2010, s/p)

Na tradição ocidental, a *medicina da coletividade*, como designou *J-Ch. Sournia*, visou a saúde e o bem-estar para toda a população. Representou uma ruptura com a medicina milenar de tradição hipocrática representada pela díade médico-doente. Enquanto na ótica tradicional, o médico *cura*, a saúde pública *previne*, equacionando-se diferentes formas de encarar os nexos causais da doença.

A mão do higienista está hoje armada de um material de investigações e combate. Não é só com palavras, mas principalmente com obras que se previnem e debelam os males físicos. A reforma assinala essa aquisição paulatina de instrumentação, desde o simples material de desinfeção até ao laboratório e ao hospital de moléstias zimóticas. (ALVES, InSaúde n.º 5, grifos nossos)

Fruto da modernidade e emergente da atribuição ao estado de responsabilidades mais alargadas do que a guerra e a segurança, não é difícil reconhecer que as práticas conducentes à saúde pública existiam muitos antes de surgir esta designação através de medidas como a canalização romana de água ou as práticas de higiene nas posturas municipais medievais.

As instituições dos estados na África pré-colonial



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

A complexidade dos processos que interferiram nas sociedades africanas pré-coloniais, de permanências, evoluções lentas e mutações aceleradas, fez coexistir *sociedades sem Estado*, de ajuntamentos de cabanas, e *sociedades estatais* compostas por grandes áreas territoriais com complexos e articulados sistemas de governo. Na variedade de instituições existentes é recorrente a sua fundamentação através da existência de mitos de fundação, constantemente reajustados e arranjados, e a [...] *associações duradouras do político e religioso, independentemente da natureza das formações políticas e das religiões em causa; ligações exploração* (M´Boloko, 2009, 205).

Em *Os Estados das Savanas Meridionais* (2009), Elikia M´Boloko descreve o império do *Mwene Mutapa* e o reino do *Kongo* como inseridos em *terreno pouco firme* nos processos de formação das estruturas do estado propícias às infiltrações das instituições externas. Apoiada nas tradições orais dos *Shona*, Grande Zimbábue, ao culto do deus supremo *Mwari*, sublinham que uma minoria exterior pode trazer novos valores políticos e espirituais podendo sobrepor-se ao poder instituído e criar novas instituições.

As paredes do Grande Zimbabué foram elevadas acima de tudo para demonstração de força do Estado. [...] na cidade não possui monumento público cuidadosamente concebidos, avenidas, lugares de concentração. [...] não havia nenhuma praça para o mercado, porque não havia aí economia comercial. Não havia centro religioso, nem templo: a religião shona é uma questão de relações pessoais que se exprime na família, incluindo os vivos e os mortos, e que não exige manifestação pública. (P. Garlake, apud Elikia M´Boloko, 2009, 174).

Na Grande Zimbabué as paredes de pedra são uma representação do Estado. Uma manifestação ostentatória de riqueza mas principalmente de representação e capacidade de organizar a força de trabalho existente.

Da análise dos textos de *Fage, O Avanço do Islão na África Ocidental* (2010), onde o autor analisa as tensões decorridas nos sistemas políticos sudaneses com o avanço do islão, observamos como a elite governante sudanesa, conservando a sua crença



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

ancestral, pagã, não desconsiderou a tecnologia do islamismo (*tariqas* sufitas) que adotaram *porque lhes conferia o uso de uma espécie superior e prestigiosa de magia escrita*. (FAGE, 2010, 206). Estamos perante um caso de seleção de instituições exteriores por parte do estado. Estados extremamente organizados resistiram à infiltração do Islão, dando continuidade às velhas tradições sudanesas de governo aceitando a nova religião sem estar totalmente comprometidos com ela. Por outro lado, em estados não homogêneos, tanto do ponto de vista étnico e como social, o Islão foi uma ferramenta útil para a construção de estados coesos, justificando com a *lei suprema* o que realizava pela força.

Em *O Império do Mali* (1972), Joseph Ki-Zerbo descreve um império que tinha cerca de quatrocentas cidades e vilas com sistema político muito descentralizado. A autoridade central, em relação direta com o rei dividia em províncias administrativas o seu território. A autoridade das aldeias era, por vezes, bicéfala: com um chefe religioso e um chefe político. Nesta multiplicidade de hierarquias e organizações estaduais é possível verificar permanências, resistências e modificações nas instituições que, como no Brasil, se desenvolveram na África.

*Gloria Waite*⁴ no artigo denominado *Public Health in Pre-colonial East-Central Africa* (1987) apresenta a rica tradição de saúde pública na África Centro-Este. Na análise entre política e medicina, um universo sob o controlo e autoridade de reis, chefes e sacerdotes, a autora encontra nas adições, manutenções e empréstimos culturais a possibilidade de interpretação da influência das instituições de saúde pública nos povos Africanos. Deteve o seu olhar nos momentos de imigração, momentos que proporcionam interações, encontrando evidencias das alterações das instituições de saúde pública. Através do estudo das trocas culturais, a autora relaciona as relações de poder existentes entre a classe dominante, concluindo que as alterações políticas interferem nas instituições de saúde pública, mas nem sempre. As alterações estão

⁴ Do Departamento de Estudos Africanos e Afro-Americanos da Universidade de *Brandeis*, EUA.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

dependentes das condições anteriores e sujeitas a empréstimos, aglutinações e reduções. Estudar as relações de saúde pública é entender a relação entre medicina, política e poder.

Historicamente, na África Centro-Este a maior parte dos problemas de saúde eram tratados em casa, apoiados por uma extensa farmácia de produtos naturais, extratos, raízes, poções venenosas. Duas condições especiais obrigavam a cuidados que determinavam a intervenção do estado (da elite dominante): as doenças causadas por espíritos e os feitiços.

Na concepção africana, a doença tem uma dimensão ampla de significados. Segundo o antropólogo moçambicano, Luís Tomás Domingos (2015), na visão do homem africano, a doença é percebida como um sinal de desequilíbrio da força vital do *munthu*, que na língua bantu significa o homem ou ser humano. Na África a doença não é imaginada como uma “fatalidade”, mas como “desordem, um escândalo” que registra no “sistema antropológico do desequilíbrio do homem”, e que deve possuir uma “explicação”, de modo a permitir o seu combate ou tratamento.

Nas sociedades africanas, a doença de um indivíduo “perturba as relações sociais”. O desequilíbrio provocado pela doença não afeta exclusivamente o indivíduo, mas estende-se na “família, comunidade, sociedade e no *cosmos* de modo geral”. Em suma, a doença é encarada como um “assunto da família, de toda comunidade”. (TOMÁS DOMINGOS, 2015).

Segundo Gloria Waite (1987) “alguns representam os fundadores individuais da família”; e outros, “os fundadores de comunidades” (chefes e reis), denominados de “espíritos territoriais ou tutelares”, transcendem linhagem de famílias, porque são de pertença comunitária e são convocados para dar resposta aos problemas de ordem natural. São atrelados ao ato de “proscrições públicas” e sua “propiciação” está sob ao controle dos chefes, sacerdotes e reis. E, espíritos ancestral de família, são ligados a



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

“proscrições” feitos que decorre no âmbito privado, geralmente apenas para a doença familiar e outros problemas, e sua “propiciação” está sob a direção dos mais velhos da família. Em algumas sociedades de centro-leste de África, a “propiciação familiar” decorre dentro de casa, enquanto em outros é feito longe de casa. Mas em nenhum caso, a cerimônia envolve a comunidade inteira. Portanto, a “propiciação” do espírito da família não é uma instituição pública de saúde.

O controle da incidência da feitiçaria no período pré-colonial, constitui também outra área de saúde pública, uma instituição relevante gerida por autoridades públicas, sacerdotes, chefes que mediavam o processo de acusação. Técnicas mágicas identificavam o feiticeiro responsável pelo problema sob a forma de procedimentos distintos⁵ em diversas culturas. Este momento comunitário, de acusação entre iguais representava um momento crucial na gestão das comunidades. A tensão decorrida da troca de acusações até à sua confirmação por confissão ou negação era um momento de disputa de autoridade entre as partes envolvidas e tinha na opinião da comunidade a principal força de legitimação. O diagnóstico de possessão estava em posição intermédia entre o culto privado e o público. Causada por espíritos familiares, que se cultuavam em privado, o tratamento da possessão era realizado em evento público sem a intervenção das instituições e autoridades de representação comunitária.

Ao estudar os períodos de transição, verificamos disputas entre autoridades pela representação da técnica de identificação de feiticeiro, inicialmente detida por *médiuns*, depois por reis e sacerdotes. Tecnologias de identificação de feiticeiros mais avançadas, uma poção venenosa melhorada, ancestrais mais influentes e eficientes, domínio de novos cultos de acordo com as necessidades territoriais e geográficas como o culto ao Sol dos *Mbunga*, que por questões naturais dependiam mais do sol do que dos efeitos da chuva, são elementos que contribuem para a adaptabilidade ou permanência das instituições provocaram novas relações sociais e ideologias. No

⁵ O procedimento de identificação do feiticeiro era realizado através de ingestão de poções venenosas que consoante a reação reconhecia ou negava o acusado ou mediante a retirada de um pau referenciado ocultado que atribuía a quem o escolhesse como feiticeiro culpado.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

primeiro momento, a medicina europeia privilegiou a saúde dos trabalhadores, que deveriam ser produtivos, iniciando o processo de negação das tradições de saúde pública Africanas, acusadas de *charlatanismo* e *supersticiosa*. E no Brasil, foi proibida a prática das instituições de saúde pública tradicionais Africanas no espaço público, na sua representação fundamental na gestão da comunidade, mas permaneceu no espaço privado, encontrando uma forma intermédia de seu funcionamento, mediante a institucionalização de festividades públicas em espaço privado: nos terreiros de Candomblé.

As instituições de saúde pública no Brasil

Num primeiro momento, no Brasil, as epidemias introduzidas pelo colonizador entre os índios *abalaram o prestígio dos pajés, impotentes mediante de tantas calamidades e este vazio foi preenchido pelo astuto jesuíta* (RAVAGNANI, 1981, 68). A partir da terceira década do séc. XVI, chegaram os primeiros profissionais de medicina: cirurgiões barbeiros, boticários e aprendizes. Em geral eram homens simples, quase todos judeus, cristãos-novos ou meio- cristãos. À coroa portuguesa interessou conhecer *as terras que habita, o que em si encerram, o que de si produzem, e de que são capazes* através da construção de horto-botânicos que que criaram a enciclopédias e divulgaram e as espécies vegetais, no intuito de conhecer as suas potencialidades. A improvisação de acordo com os recursos disponíveis de novas formas de viver e conviver, distanciando-se dos costumes trazidos da pátria europeia, ocasionou o desenvolvimento do que Laura de Mello e Sousa chamou *hábitos-compósitos* (apud SOUZA, 1997). Ocorreu também a adoção de hábitos europeus, conforme explica Sérgio Buarque de Holanda.

A 17 de dezembro de 1548, Tomé de Souza, recebia das mãos do rei o seu extenso Regimento que Calmon considerou *Primeira Constituição do Brasil*. Nela se descreveu o lugar da lei, da razão e da ordem, contra o *caos selvagem da floresta*. A instrução da coroa era de que a *primeira capital tinha de ser um espaço-modelo*. (MOREIRA, 1999,



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

125) A cidade de Salvador teve o *projeto civilizador de transformar a Terra do (pau-) Brasil em Estado, uma obra-de-arte da cultura do Renascimento que tinha na cidade bem estruturada a sua pedra basilar*. (MOREIRA, 1999, 125) A carência estrutural religiosa católica levou ao incremento da vida religiosa privada, que, na falta de controle dos párocos, abria espaço para desvios e heterodoxias (MOTT, 1997) que o capitão Domingos Alves Branco Moniz Barreto denominou *públicos em oratórios particulares, tem posto os templos vazios*” (VAINFAS, 1997).

As instituições de saúde ocidentais, como as Santas Casas da Misericórdia, serão introduzidas em Salvador aquando da fundação da cidade, a partir e 1549, com o compromisso de estabelecer a elite local e permitir que o sistema colonial de assistência médico-cirúrgica chegasse a um número maior de pessoas através da instalação de hospitais e asilos com a proposta caritativa *que visava o bem estar do corpo e da alma*.

Ubi societas, ibi ius⁶

Luiz Couceiro, na sua pesquisa de Doutorado realizada no ano de 2008 da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a orientação de *Yvonne Maggie*, elaborou uma análise das instituições de saúde pública no Sudoeste e em Salvador, com ênfase na Magia e Feitiçaria no Império do Brasil. Na sua análise sustenta que *não existiam leis reguladoras das acusações de feitiçaria no Império, ao contrário da colônia*⁷ e do *período republicano*⁸ (Couceiro, 2008, 5). O autor procura no contexto social a resposta para esta lacuna da lei Imperial na legislação do controle da feitiçaria. Se no período do Império não havia regulação legal das acusações de feitiçaria, houve

⁶ Tradução: Todas as sociedades tendem para a institucionalização.

⁷ Através das Ordenações Filipinas: conjunto de leis aplicadas em Portugal e nas colônias portuguesas que dispunham no seu Livro 5.^º *Dos Feiticeiros* penas para o acusado como coimas, açoites no braço e degredo.

⁸ O Código Criminal imperial de 1830, não previa como crime a prática de feitiçaria. *Schritzmeyer* formulou a hipótese de o não ter conseguido equilibrar as posições diversas quanto à questão, tendo optado por se omitir, enquadrando-o como estelionato.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

perseguição aos feiticeiros e acusações de feitiçaria em Salvador, apoiada na delação como instrumento de enfraquecimento dos laços de solidariedade Africana. Este intervalo revela que as *relações entre os africanos e outras pessoas eram tensas, pois os acusadores [de feitiçaria] eram pessoas de todas as classes e em muitos casos as acusações se davam entre iguais*. (Couceiro, 2008,13). O Estado se colocou como uma espécie de oráculo para dizer se os acusados eram ou não feiticeiros.

Independente em 1823, aos políticos baianos ficou a missão de administrar a grande população escrava e liberta residente na Bahia e teve urgência em normatizar as regras cotidianas, estancar conflitos remanescentes das lutas de independência da província, impedir a circulação de moeda falsa e instalar um programa educacional. Grande parte dos africanos na Bahia era nagô. As guerras de expansão islâmica no reino de Oyo que resultaram na queda deste reino, refletiu na prevalência desta etnia traficada para a Bahia. Uma identidade solidariedade analisados por *Robert Slenes*, que entendeu este momento como o momento da criação de uma língua, religiosidade e identidade comuns, fortalecendo a constituição de formas de associação e organização negra. Cada vez mais misturados, em Salvador e no Rio de Janeiro, a maioria da população era africana ou descendente e se encontrava nas ruas, nas casas, vielas, áreas portuárias e mercado de trabalho urbano.

Os escravos de ganho comercializavam em pequenos mercados e quitandas que representavam territórios africanos cada vez mais *difíceis de entender e controlar*. Um ato inicial de controle levou ao estabelecimento da obrigatoriedade do uso de células de identificação.

O serviço de ganho possibilitou a liberdade de trânsito nas ruas. A facilidade de comunicação ampliou redes sociais, vista como perigosa por parte das autoridades policiais, que considerou que os *momentos de encontro geralmente culminavam em atos de transgressão da ordem, o que seria uma ameaça ao status quo* (BRITO, 2016, 156). Salvador, assim como todos os centros escravistas, se constituía num espaço conflituoso, fosse com a ocorrência de revoltas ou não, onde



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

cotidianamente, africanos e africanas davam um tom político a suas atividades corriqueiras (BRITO. 2016, 40). Greves condicionavam a entrega de gêneros alimentícios básicos que comprometia o abastecimento da capital da província, afetando a elite dominante.

A elite dominante convivia com a crença no feitiço e não se incomodava com ele até o momento no qual vislumbrava algum abalo no exercício da coerção sobre seus subordinados.

No enquadramento ocidental, as instituições de saúde pública se iniciaram através das confrarias de índole religiosa com o fito de constituírem hospitais destinados à recolha de inválidos se preocupando com peregrinos e viajantes. No séc. XIV, através dos *mesteirais*, se inicia a representação política de um grupo social, das organizações profissionais, até aí desprovidos de qualquer participação na decisão de assuntos no governo da cidade. Em 1391 D. João I solicita à Câmara de Lisboa que cada *mester* fosse *apartado* em ruas próprias, surgindo inclusive bairros próprios de uma profissão com estatuto específico.

A documentação dos séc. XIII e XIV mostra-nos a repetida fundação de hospitais – sendo curioso notar a ausência de iniciativa quanto a gafarias e mercearias – pelas confrarias de base profissional, assim como nos deixa surpreender a existência no seu patrimônio de bens de raiz. Dotadas de órgãos próprios, estando a respectiva administração a cargo de dois mordomos, as contendas pessoais eram resolvidas por arbitragem dos sócios. (ALBUQUERQUE e ALBUQUERQUE, 2005, 674).

Na Bahia havia cerca de uma centena de irmandades e confrarias no séc. XIX. De acordo com Renato Silveira, em *Candomblé da Bahia* (2010), 31 irmandades eram de homens de cor, ganhou origem os *cantos*, ajuntamentos de ganhadores tanto escravos como libertos, geralmente pertencentes à mesma nação exercendo actividades de carregadores de pessoas e mercadorias. Muitos barbeiros ambulantes também exerciam as suas actividades nos *cantos*, servindo aos ganhadores e às negras ganhadeiras vendedoras de comida. As mulheres também tinham os seus



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

cantos⁹ ou *quitandas*¹⁰, praticavam todo o tipo de comércio ambulante, vendendo peixe, perfumes, louças. *pretos*, sendo possível observar a permanência dos trabalhos executados em áreas externas, como trabalhadores de rua (225 pax), lavadeiras (200 pax).

Mapa da distribuição dos cantos de ganhadores na cidade de Salvador



Fonte: (COSTA, 1991, 5), Planta extraída de GODOFREDO FILHO e REBOLIÇAS, Diógenes: Salvador da Bahia de Todos os Santos no séc. XIX, Salvador, Raízes Editora, 1985

- | | | |
|---|--|---|
| 1. Canto do Arsenal | 7. Canto da Preguiça | 13. Largo da Piedade (em frente ao Convento) |
| 2. Arcos de Santa Bárbara | 8. Rua da Ajuda (atrás da Cadeia) | 14. Rua do Guadalupe |
| 3. Entre os Arcos de Santa Bárbara e Hotel das Nações | 9. Ladeira de São Bento (próximo ao Hotel Paris) | 15. Rua da Mangueira |
| 4. Rua do Comércio (ao lado dos Cobertos Grandes) | 10. Canto do Portão | 16. Canto de São Miguel |
| 5. Canto do Cais Dourado | 11. Rua do Cabeça | 17. Baixa dos Sapateiros (canto da Rua da Vala) |
| 6. Canto do Taboão | 12. Largo Dois de Julho | 18. Ladeira do Boqueirão |

Quadro 1 - Distribuição racial nos empregos em que pareciam predominar os *prêtos*, Salvador, 1936.

Ocupações	Amostra	Porcentagem
-----------	---------	-------------

⁹ Concentravam-se no canto da Rua da Vala, no canto de São Miguel, na Rua da Guadalupe, na Rua do Cabeça, no Largo Dois de Julho, no Cais de Desembarque e na Ladeira do Boqueirão, em Santo Antônio (Rodrigues, 1988:102).

¹⁰ *Quitandas* que cremos ser uma espécie de feira livre, como a existente no Pelourinho, frequentada por mais de cem ganhadeiras (PELOURINHO informa, 1980:78)



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

		Prêtos	Mulatos	Branços	Cafusos	Total
Carregadores	100	93,0	7,0	0,0	0,0	100,0
Lavadeiras	200	89,5	9,5	0,0	1,0	100,0
Carroceiros	100	83,0	15,0	0,0	2,0	100,0
Pedreiros	125	82,4	16,8	0,0	0,8	100,0
Estivadores	125	82,4	15,2	1,6	1,6	100,0
Domésticos	250	78,8	18,8	0,8	1,6	100,0
Trabalhadores de rua	225	78,3	21,2	0,5	0,0	100,0
Baleiros ambulantes	100	77,0	21,0	1,0	1,0	100,0
Sapateiros	70	74,4	22,8	2,8	0,0	100,0
Vendedores ambulantes	200	68,5	28,0	3,5	0,0	100,0
Jornaleiros	100	68,0	31,0	1,0	0,0	100,0
Engraxates	50	66,6	32,0	2,0	0,0	100,0
Motorneiros de bonde	80	60,0	32,5	5,0	2,5	100,0
Motoristas de caminhão	150	44,7	43,3	10,7	1,3	100,0

Fonte: (PIERSON, 1971, 1936, 227)

No quadro 1, para a ocupação de Barbeiro/sangrador, numa amostra de 150 pessoas, considerou 74 mulatos, 25 pretos, 6,0 brancos e 0,0 cafusos (PIERSON, 1971, 228). No séc. XIX, com a instalação das instituições de saúde ocidentais, se inicia uma guerra dos médicos contra aqueles que exerciam as práticas da cura africana. Organizados institucionalmente, defenderam o monopólio da saúde e das práticas de curar solicitando diplomas e regulamentando o exercício da profissão.

Os barbeiros-sangradores

A assistência à saúde em Salvador, ao longo do séc. XIX, para a população desfavorecida era em geral bastante precária mesmo após a criação da Universidade de Medicina na cidade. Os sangradores atuavam sob recomendação de médicos e cirurgiões ao domicílio, nos Hospitais da Santa Casa, nos *cantos*, nas ruas e barbearias. A Santa Casa oferecia atendimento particular, acolhendo reduzido contingente da população escravizada. Diferentes pesquisas mostram que os



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

serviços de saúde, tanto no período colonial quanto no imperial rezas, chás, folhas e raízes.

Os barbeiros-sangradores viram a sua atividade ser institucionalizada mediante a obrigatoriedade da obtenção de licença de uma instituição do governo colonial: a Fisicatura- Mor (que funcionou entre 1808 e 1828), que segundo Tânia Pimenta (1998) alterou significativamente as relações entre instituições médicas e terapias populares. *A Fisicatura reconstruiu o perfil dos terapeutas, posições de classe e esfera de atuação* (BARBOSA e GOMES, 2016, 293). Desde a idade média quem desempenhava a sangria pertencia a camadas sociais inferiores. No Brasil do séc. XIX essa hierarquia se manteve, não havendo ninguém mais apropriado para *sarjar, sangrar e aplicar sanguessugas e ventosas* do que os escravizados e os forros. *Os africanos e seus descendentes monopolizavam a arte de sangrar.* (PIMENTA, 2016, 242) Na Bahia, a medicina Africana é um conjunto de concepções e práticas de cura resultante da integração de medicinas de diferentes nações. São *denominados Minas a maioria dos sangradores registrados nos livros de exame baianos* (SANTANA e SANTOS, 2010, 50).

A progressiva organização médica e a luta desta categoria pelo monopólio das práticas de cura através da instalação das suas instituições no país iniciou a desqualificação dos barbeiros-sangradores se esforçando por excluí-los do quadro oficial das artes de curar. Não reconheceu escravizados, forros, africanos, e muito menos a sua atividade. A obrigatoriedade de cadastro resultou na diminuição do número de pessoas que se mantiveram dentro dos parâmetros legais. Enquanto médicos, cirurgiões e boticários foram em massa registrar os seus títulos na Câmara Municipal, sangradores foram muito poucos. O trabalho de Jacimara Santos e Andreilza (SANTANA e SANTOS, III, 2010), que elaboraram uma análise de 18 autos de exames e cartas de licença de sangradores africanos, confirma que a arte de sangrar era um importante campo de atuação dos africanos na Bahia. Na análise dos dados encontraram sangradores africanos pertencentes às Nações Mina (50%), Jeje



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

(33%) e Angola (6%). (SANTANA e SANTOS, 2010, 51)

No Brasil o estado regulou a crença na magia disciplinando-a, diferentemente da antiga Rodésia e até muito recentemente o Zimbabué sob o domínio da lei britânica obrigou os médiuns *Shona* (fortes representantes de africanidade) à liderança do processo de independência, como analisou *Fry*, demonstrando o poder dos representantes da religião na sociedade. A crença de funcionários do governo no poder da magia e da feitiçaria é estudada por João José Reis, que demonstra o reconhecimento dos participantes dos rituais mágico- religiosos. No Império, de acordo com Reis, curadores, pajés, feiticeiros, jesuítas e benzedores cadastrar nas instituições.

Após a Independência, a garantia da saúde da população passou a ser uma questão presente, engendrada pelos poderes políticos, através da criação de instituições de ensino superior, as Faculdades de Medicina, cujos quadros de formação passaram a ser os únicos com legitimidade para atuar no trato das doenças e intervir nos padrões de comportamento considerados nocivos, através do controle dos corpos. A *medicina social* tinha por lógica transformar os cidadãos brasileiros em pessoas aptas para contribuir com o progresso da nação, trabalhadores saudáveis, higienizados e íntegros na sua moralidade.

O lugar ambíguo destinado ao afrodescendente e africano na legislação brasileira iniciada na Constituição do Império (1824) manteve o processo que o silenciou. Silêncio que resultou do não reconhecimento da cidadania a estas pessoas, reconhecidas como estrangeiras (e apátridas pois não se reconhecia a instituição do estado na África) e concedeu direitos políticos bastante limitados aos indivíduos libertos nascidos no Brasil. Se para a formulação da nação e da civilização se considerava imprescindível unidade e homogeneidade, para o fortalecimento da nação entendeu-se necessário não mencionar as distinções raciais existentes na sociedade, sendo estabelecido o distanciamento dos *barbarismos africanos* e da



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

desordem social por eles provocada. (BRITO, 2016, 43) Desde 1672 (7 de setembro) que posturas municipais proibiam o som dos atabaques na cidade (Fundação Gregório de Matos, 1988:18), como forma de repressão e controle do culto religioso e das manifestações lúdicas dos negros.

Segundo Reis, a província da Bahia conviveu, em diferentes momentos do séc. XIX, com dois paradigmas de vigilância aos escravizados. O primeiro atribuído a João de Saldanha da Gama Mello e Torres Guedes Brito, o conde da Ponte, que assumiu o cargo de governador da Bahia em 1807 que contava com uma rede de espiões e acreditava que acabaria com as insurreições escravas proibindo os *senhores* de dar liberdade de cantar, dançar e se reunir com grande frequência. Um segundo paradigma, de Marcos de Noronha e Brito, o conde de Arcos que governou a Bahia de 1810 a 1818, acreditava que os senhores eram excessivamente severos com seus escravos, inclusive nas punições, devendo dar aos escravos a liberdade de praticar as suas danças e religiões, evitando assim insurreições.

Nina Rodrigues salientou que no campo religioso os escravizados exerceram poder sobre os senhores uma vez que toda a sociedade baiana acreditava no poder do feitiço, atingindo todas as classes sociais. Os *candomblés* de Salvador, ao menos entre 1863 e 1871, reuniam pessoas de vários *status* jurídicos, escravizados, libertos, africanos livres e livres, sendo a disseminação de costumes ditos africanos que membros da elite política da cidade queriam abolir. O jornal *Alabama* considerou que os terreiros eram lugares onde havia uma dupla inversão da hierarquia social: descendentes de africanos e mulheres tinham autoridade sobre a cidade de homens brancos, membros da elite dominante de Salvador, sendo por eles procurados para solucionar seus problemas.

O cheiro da barbárie

No *cheiro da barbárie*, como noticiou o *Alabama*, se identificaram caminhos dos



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

hábitos de um tipo de vida nociva ao equilíbrio social e político. *Alain Corbin*, na sua publicação *Saberes e Odores* (1987), demonstrou como nos séc. XVIII e XIX a percepção olfativa inaugurou uma nova relação entre o homem e o seu meio social. O pavor ante o miasma irá sancionar a repulsa às aglomerações humanas. As práticas sanitárias, que só começam a se tornar sistemáticas a partir desse momento, demonstram isso claramente. Sua primeira tarefa foi a de arejar o espaço público. No urbanismo esta tendência tomou forma no alargamento das ruas e na derrubada das antigas muralhas (Paris), enquanto a arquitetura promovia a construção de prédios arejados. Será nos hospitais e prisões que a sanitização se imporá de forma mais severa. O *cheiro* do dendê rapidamente identificou uma comunidade que foi perseguida por sucessivas medidas legislativas sendo progressivamente excluída dos espaços públicos da cidade. Nas formas dos *cantos*, em *quitandas*, nas lojas, qualquer forma de organização africana na cidade foi gravemente reprimida pelas autoridades e progressivamente foi rareando na paisagem da cidade.

Os candomblés como os *quilombos*, as *casas de zungu*, as *casas da fortuna*, foram lugares para escravizados fugidos dos seus *senhores* que pela natureza das atividades características da condição social não podiam manter uma relação ritual constante com o candomblé.

Açougue Baiano, com inscrição africana.



Fonte: (RODRIGUES, 1988, 187)



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

O espaço do terreiro de Candomblé, definido por Muniz Sodré (2002), foi compreendido como constituído por espaços de duas ordens: sagrado e profano (associado a residências da comunidade). Juana Elbein prefere falar de dois tipos de espaço sagrado: um de construções de uso público e privado e outro espaço virgem, de mata, equivalendo à floresta africana. Segundo a concepção estes espaços, cada uma das casas-templos consagrada a cada *Orixá aglutina num pequeno espaço, as representações diversas por vastas regiões na África* (SODRÉ, 2002, 54)

O terreiro afigura-se como a forma social negro-brasileira por excelência, porque além da diversidade existencial e cultural que engendra, é um lugar originário de força ou potencia social para uma etnia que experimenta a cidadania em condições desiguais. Através dos terreiros e de sua originalidade diante do espaço europeu, obtêm-se traços fortes de subjetividade histórica das classes subalternas do Brasil (SODRÉ, 2002, 20, grifos nossos)

Impedidos de realizar as suas instituições em plenitude, como em África, mais uma vez se procedeu a um processo de adaptação às circunstâncias, modelando o exercício das instituições sob novas formas espaciais, mantendo a representatividade de suas lideranças através do desengajamento político, que continua a não ameaçar a soberania da elite dominante, na manutenção do jogo entre política, medicina e relações de poder.

A lição do terreiro é o convívio de diferenças sem a perda da perspectiva de fundo comum (SODRÉ, 2002, 65)

A África assim restituída era também uma simulação, mas, diferentemente do *trompe l'oeil* cultural europeu na Colônia, não produzia nenhuma ideologia de rejeição do território, das singularidades locais. Ao contrário, incorporava-as politicamente. (SODRÉ, 2002, 73, grifos nossos)

Conclusão

No século XIX a intensificação da vigilância e da repressão aos negros, especialmente a africanos, originou uma verdadeira guerra travada contra os pontos de encontro e lojas, *batuque*, de *feitiçaria*, de *dar fortuna*. Na paisagem urbana os espaços e instituições Africanas, construídas por Africanos, com forte caráter de apoio e



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

solidariedade, se instituíram como locais de forte resistência negra que gradualmente foram desaparecendo através da institucionalização de outras instituições (ocidentais) que regulamentaram e interferiram nas existentes.

A instituição do Candomblé é uma importante permanência cultural e religiosa de base Africana, reproduzindo práticas coletivas de origem Africana com segurança, longe dos olhares das autoridades, com a proteção da elite dominante que não contestava a eficácia dos seus procedimentos. A crença da elite dominante e de negros na magia Africana resultou na sobrevivência desta instituição de saúde pública em Salvador, que se articulou no espaço privado reproduzindo o espaço da aldeia, se organizando em áreas e períodos temporais familiares, privados, a lugares e períodos de festa colectiva, aberta a toda a comunidade como um espaço comum à comunidade.

Ao longo do trabalho constantemente afirmamos uma visão não essencialista da cultura e da sociedade, enfatizando que sobre ela existem sempre forças de hierarquização, competição e disputa nas quais o reconhecimento do conhecimento, da tecnologia mais eficiente, desempenham papel fundamental para a garantia do *status* e permanência da instituição na sociedade.

Bibliografia

AGIER, M. A Cultura dos Terreiros. **Revista de Antropologia, SP**, p. 219-253, 1996.

ALBUQUERQUE, R.; ALBUQUERQUE, M. A administração do Reino e Administrações específicas. In: ALBUQUERQUE, R.; ALBUQUERQUE, M. **História do Direito Português 1140-1415**. Lisboa: PF, 2005. p. 599-678.

ALVES, J. F. Um marco na estruturação dos Serviços de Saúde Pública em Portugal - o Regulamento de 1901. **InSaúde n.º5**.

BARBOSA, K. D. O.; GOMES, F. Doenças, morte e escravidão africana. In: PIMENTA, T. S.; GOMES, F. **Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil**. Rio de Janeiro: Outras letras, 2016.

BIBLIOGRÁFICO, P. -. **Mosáico do Pelourinho**. Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, v. 4, n.º 3/4, jul/dez Número especial, 1978.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

BRITO, L. **Temores da África. Segurança, legislação e população africana na Bahia oitocentista.** Salvador: EDUFBA, 2016. Companhia das Letras, 1996.

CORBIN, A. **Saberes e Odores.** São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

COSTA, A. D. L. R. D. ESPAÇOS NEGROS: "cantos" e "lojas" em Salvador no Século XIX. **Caderno CRH. Suplemento**, p. 18-34, 1991.

COUCEIRO, L. A. **Magia e Feitiçaria no Império do Brasil:** o poder da crença no Sudeste e em Salvador. Rio de Janeiro: PPGSA da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

DOMINGOS, L. T. A complexidade da dimensão religiosa da medicina Africana tradicional. **mneme - revista de humanidades**, Dossiê de religiões Afro-brasileiras, p. 167-190, jan/julho 2015. ISSN 34.

EUGÊNIO, A. Historiografia sobre o campo de estudos especializado na saúde dos escravos negros. **Sankofa. Revista de história da África e de Estudos da Diáspora Africana**, p. 39- 75, agosto 2016.

FAGE, J. D. O Avanço do Islão na África Ocidental. In: FAGE, J. D. **História da África.** Lisboa: Edições 70, 2010. p. 199-227.

FAGE, J. D. O desenvolvimentos dos Estados e do Comércio no Sudão. In: FAGE, J. D. **História da África.** Lisboa: Edições 70, 2010. p. 67-95.

FREITAS, F. V. As negras quitandeiras no Rio de Janeiro do século XIX pré-republicano: modernização urbana e conflito em torno do pequeno negócio de rua. **Tempos Históricos**, versão eletrônica, v. 20, p. 189-217, 1.º semestre 2016.

KI-ZERBO, J. Os grandes séculos: império do Mali. In: KI-ZERBO, J. **História da África Negra I.** Paris: Hatier, 1972. p. 16-181.

M' BOKOLO, E. Os Estados das Savanas Meridionais. In: M' BOKOLO, E. **África Negra: História e Civilizações.** Salvador: EDUFBA. São Paulo: EDUFBA, 2009. p. 163-106. MOREIRA, R. O Arquiteto Miguel de Arruda e o primeiro projeto para Salvador. **Anais do IV Congresso de História da Bahia**, Salvador, 1999. 123-145.

PIERSON, D. **Branços e pretos na Bahia:** um estudo de contato social. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

PIMENTA, T. S. Sangrar, sarjar e aplicar sanguessugas : sangradores no Rio de Janeiro da primeira metade do oitocentos. In: PIMENTA, T. S.; GOMES, F.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil. Rio de Janeiro: Outras letras, 2016.

RAMOS, J. **Português Institucional e Comunitário.** Praga: Universidade Carlos IV, 2010. RAVAGNANI, O. M. Subsídios para o estudo da medicina popular no Brasil. **Perspectivas**, São Paulo, p. 65-73, 1981.

REIS, J. J. A greve negra de 1857 na Bahia. **Revista USP 18**, São Paulo, p. 17-21, 1993.

SANTANA, J. S.; SANTOS, A. D. Sangradores Africanos na Bahia do século XIX (1825- 1828). **Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, p. 45- 63, Dez III, 2010. ISSN n.º 6.

SCHLEUMER, F. Entre mortos, enfermos e "Feiticeiros": um estudo sobre a presença africana no contexto da diáspora São Paulo - séc. XVIII. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH**, São Paulo, Julho 2011.

SILVEIRA, R. O candomblé da Barroquinha: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de keto. **Afro-Ásia**, 41, p. 267-271, 2010.

SLENES, R. Malungu, ngoma vem! África coberta e descoberta no Brasil. **Revista USP**, São Paulo.

SOARES, C. E. L. **Zungú: rumor de muitas vozes.** Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

SODRÉ, M. **O Terreiro e a Cidade. A forma social negro-brasileira.** Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 2002.

WAITE, G. Public Health in Pre-colonial East-Central Africa. In: FEIERMAN, S.; JANZEN, J. M. **The social basis of health and healing in Africa.** Berkeley: Univ. California Press, 1987. p. 212-231.